



Arquitetura escolar: um comparativo entre tipologia moderna e contemporânea x regional em Escolas Municipais de Belém/PA

Autores:

Bruna Coelho - Faci Wyden - msfbruna@gmail.com

Taynara do Vale Gomes Pinho - Faci Wyden - TAYNARA.PINHO@faculdadeideal.edu.br

Resumo:

A temática apresentada expõe a tipologia arquitetônica moderna e contemporânea em comparação com a tipologia regional, aplicada em Escolas Municipais de Belém em dois recortes: área insular e continental. Na área insular, o artigo enfatizou a Ilha do Combu, por ser um território de estudo extremamente relevante para a abordagem regional. Esse trabalho constatou através de pesquisas em campo, análise histórica, social e cultural que tratar questões arquitetônicas na área da educação torna-se um debate essencial para promover um bom desempenho escolar, visto que o arquiteto precisa valorizar as demandas distintas e suas respectivas necessidades que as escolas, de modo geral oferecem.

ARQUITETURA ESCOLAR:

Um comparativo entre tipologia moderna e contemporânea x regional em Escolas Municipais de Belém/PA.

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura é arte de produzir e reproduzir espaços através das relações sociais entre o homem e o seu ambiente físico, dessa forma, a arquitetura atua como um instrumento que visa atender necessidades, valores, simbologias e culturas de cada usuário. Entende-se que existe “uma relação biunívoca entre ambiente e comportamento de tal forma que o primeiro afeta o segundo e vice-versa”. (ORNSTEIN, 1995 p.55). Uma das principais missões da arquitetura é a criação de espaços que irão despertar diferentes sensações a quem o utiliza, sendo elas positivas ou negativas, tornando um ponto de atração ou repulsão reforçando a ideia que o espaço influencia no meio em que se está inserido.

Partindo desse pressuposto, da influência do espaço no cotidiano, este trabalho procura abordar essa discussão no âmbito da arquitetura escolar, levantando questões sobre o quanto um projeto arquitetônico pode impactar no desempenho da instituição, do professor, do aluno e da sociedade que é atingida por essa escola.

Quando se aborda a Arquitetura Escolar, é importante considerar que o principal cliente é o aluno e que a qualidade da educação está intimamente ligada às condições de ambiente em que estão sendo oferecido a ele. Pode-se considerar que a educação é um instrumento de transmissão de valores e formação de um cidadão, sendo assim, pensar a qualidade da edificação é fundamental para atingir uma boa qualidade de ensino. O direito à educação está previsto em lei, por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei Nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura uma educação de qualidade para todas as classes sociais e níveis de escolaridades.

A realidade brasileira encontra-se em um cenário de atraso que pode ser justificado pelos baixos índices na educação e também pela realidade projetual engessada nos modelos genéricos de edificações escolares, que não enxergam as diferenças entre as regiões, padrões de vida, culturas e ritmos dos indivíduos.

O presente trabalho levanta esse debate da relação da arquitetura escolar com a educação de qualidade e o papel do arquiteto nesse processo, utilizando como recorte específico a comparação entre a tipologia regional e a tipologia contemporânea de edificações escolares. As mudanças e inovações no ambiente escolar muitas vezes se restringem ao âmbito didático-pedagógico excluindo o planejamento do espaço físico como um dos condicionantes para a educação se realizar plenamente. A manifestação da arquitetura na área da educação contribui para uma nova forma de pensar em construir escolas, desconstruindo padrões replicados por todo o Brasil.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Apresentar e reconhecer duas escolas com tipologias arquitetônicas distintas para reinterpretar como as práticas pedagógicas podem ser influenciadas pelo espaço, promovendo um desempenho escolar satisfatório ou não.

2.2. Objetivos Específicos

- Analisar o município de Belém em dois recortes: área continental e área insular;
- Entender a importância da qualidade de um espaço escolar e a função do arquiteto para o planejamento desses edifícios;
- Comparar duas escolas com tipologias arquitetônicas distintas e observar qual tipologia consegue tirar o melhor aproveitamento didático-pedagógico.

3. METODOLOGIA

Por meio de um estudo exploratório buscou-se analisar a problemática do tema através de pesquisas sobre a educação no Brasil e a relevância do espaço físico escolar. A princípio, o estudo se baseou em conhecer os aspectos didático-educacionais, posteriormente à importância do espaço na vida dos indivíduos.

Com essa relação, contextualizou-se o cenário do município de Belém-PA em sua porção continental e as suas peculiaridades em relação à porção insular do município, dando enfoque a Ilha do Combu. Nesse momento, utilizou-se mapas, ferramenta do Google Earth, artigos para coleta de dados e o software Illustrator e Publisher 2010 para elaboração de mapas e linhas do tempo.

A pesquisa também se completou com visita em campo na Ilha do Combu, com coleta de dados em forma de entrevistas e levantamento fotográfico para melhor percepção sobre a realidade abordada. Foram coletadas imagens do Google Imagens a fim de explicitar

as abordagens sobre educação que existem há longos anos e que continuam sendo essencial para entender como as práticas educativas são embasadas.

As fontes de pesquisa usadas nesse trabalho encontram-se organizadas por tema, obra e seus respectivos autores conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Referencial teórico. Elaboração: Autora, 2018.

TEMA	OBRA	AUTORES
ARQUITETURA ESCOLAR	A qualidade do espaço construído da creche e suas influências no comportamento e desenvolvimento da autonomia em crianças entre 2-6 anos.	Fabiana dos Santos Souza.
	Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.	Doris C.C. K. Kowaltowski.
	Ambiência: espaço físico e comportamento.	Maria Luisa Trindade Bestetti.
	Arquitetura escolar e suas relações com a aprendizagem.	Larissa Gomes Melo.
	Diálogos contemporâneos na arquitetura belenense (1979-2007).	Giovanni Blanco Sarquis.
	Edificações escolares: infraestrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar.	Mauria Bontorin Beltrame; Graziella Ribeiro Soares Moura.
	Qualidade na área educacional.	Verônica de Araújo Ozório.
	Repensando a arquitetura escolar: E.E.E.F Camila Alves Furtado.	Camila Benemann.
	Teoria do espaço escolar educativo.	Antônio Carlos Carpinteiro; Jaime Gonçalves Almeida.
	A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais.	Ana Cláudia Duarte Cardoso; Raul da Silva Ventura Neto.
	A formação territorial do espaço	Maria Goretti da



BELÉM CONTINENTAL	paraense: dos fortes à criação de municípios.	Costa Tavares.
	Belém do Pará: história, urbanismo e identidade.	Caio Smolarek Dias; Solange Irene Smolarek Dias.
	Forma urbana de Belém e seus desdobramentos para a formação de um sistema de espaços livres acessível à população.	Ana Cláudia Duarte Cardoso; José Julio Ferreira Lima; Raul Ventura Neto; Roberta Menezes Rodrigues; Juliano Ximenes Ponte; Taynara do Vale Gomes.
	Formação da cidade de Belém (PA): Área central e seu papel histórico e geográfico.	Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior; Adriene Karina Amin de Azevedo.
	Macrodrenagem e urbanização na bacia da estrada nova: conflitos entre app urbana e reassentamento em baixadas de Belém/PA.	Monique Bentes Machado Sardo Leão.
	EDUCAÇÃO	Comenius e os desafios da educação contemporânea: em foco, a gestão escolar democrática.
Índice de desenvolvimento da educação (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas.		Reynaldo Fernandes.
O papel da escola e suas demandas sociais.		Luis Gustavo Moreira da Silva; Tarcísio José



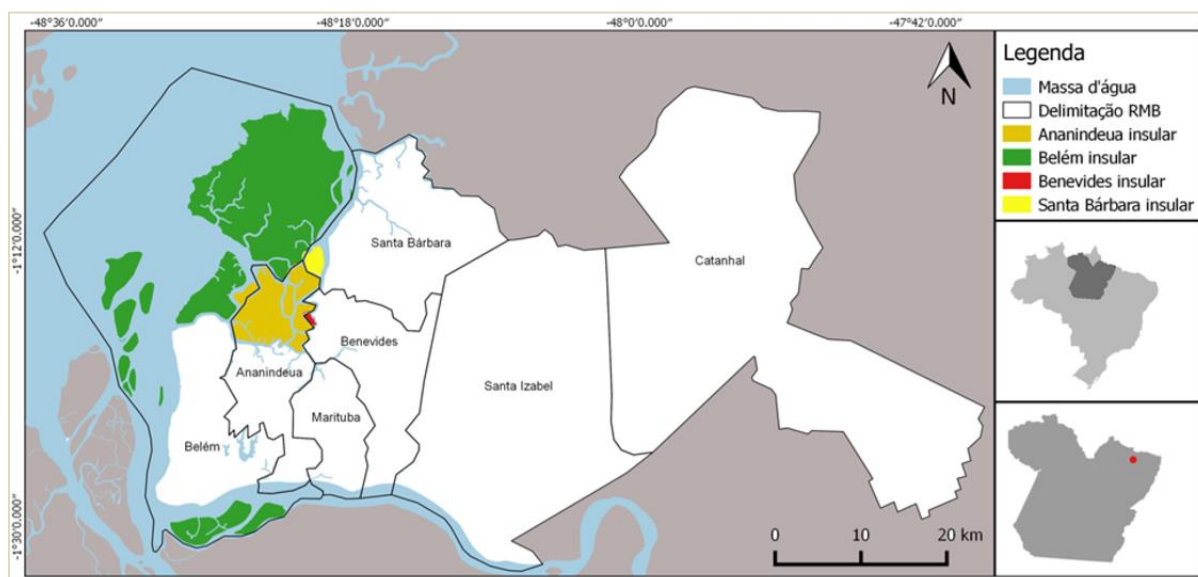
		Ferreira.
	O pensar educação em Paulo Freire – Para uma pedagogia de mudanças.	Sandra Cristina Schram; Marco Antônio Batista Carvalho.
	Políticas educacionais, igualdades e diferenças.	Miguel G. Arroyo.
	Qualidade na educação: uma nova abordagem.	Moacir Gadotti.
	Educação Municipal de Qualidade: princípios de gestão estratégica para secretários e equipes.	José Fernandes de Lima.
BELÉM INSULAR	A dualidade do viver ribeirinho: história, cotidiano e tempo na Ilha do Combu.	Sônia Socorro Miranda Batista; Flávia Ferreira Gomes.
	Apropriação do espaço e práticas endógenas como estratégia para a criação de um sistema urbano articulado: o caso da Ilha do Combu.	Luna Bibas; Ana Cláudia Cardoso.
	Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará.	Sônia Socorro Miranda Batista.
	Espacialidade e Sustentabilidade na Ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local.	Raimundo Alberto de Athayde Matta.
	Espaço (in)formal na Amazônia ribeirinha – Inadequações e tensões entre visões de mundo: uma reflexão sobre o espaço tradicional em contexto periférico.	Luna Barros Bibas.
	História, memória e natureza – As comunidades da Ilha do Combu – Belém-PA.	João Marcelo Barbosa Dergan.
	O modo de viver como um instrumento de resistência do saber	Sônia Socorro Miranda Batista.

	popular dos moradores da Ilha do Combu, Belém-Pará.	
	A expansão do território de Belém para as ilhas.	Gutemberg Armando Diniz Guerra.
	Construção e ocupação do espaço turístico em Mosqueiro.	Indira Rocha Marques.
	Rastreando manifestações do urbano natural na Belém insular.	Letícia Ribeiro Vicente; Ana Cláudia Duarte Cardoso.

4. APRESENTAÇÃO DA ÁREA

4.1 – Belém e sua forma de ocupação

A cidade de Belém se localiza as margens do Rio Guamá e da Baía do Guajará (ver mapa 1). Apresenta uma população estimada de 1.485.732 habitantes distribuídos em 17.378,63 hectares da porção continental e 33.203,67 hectares das 39 ilhas que formam o arquipélago pertencente ao município (IBGE, 2018).



Mapa 1 - Mapa esquemático do município de Belém/PA. Fonte: Letícia Ribeiro Vicente; Ana Cláudia Duarte Cardoso, 2018.

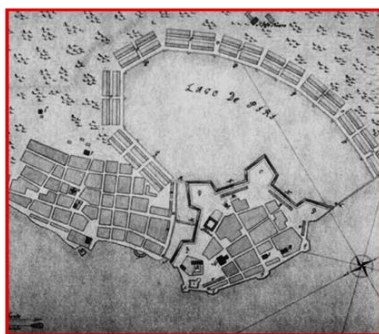
O uso e ocupação da cidade de Belém teve como elemento norteador o rio Guamá, pois o marco inicial da sua fundação foi a construção do Forte do Castelo, em 1616, que se

tornou o centro irradiador da expansão da cidade. Ao longo da orla do Rio Guamá, formaram-se os primeiros bairros da cidade que hoje conhecemos como o bairro da Campina e o da Cidade Velha (mapa 2). Essa expansão se caracterizou por estar estrategicamente favorável, pois na época o rio exercia função primordial no caráter político-militar. Em 1688 foi criado o Mercado do Ver-o-Peso, que auxilia a cidade a comercializar seus bens locais. Localizado na orla, se torna o primeiro meio de comunicação entre a cidade e o mundo. (DIAS, C., DIAS, S. 2011, p.2). A comunicação fluvial torna-se essencial para o crescimento econômico e o abastecimento da metrópole, constituindo um campo de possibilidades de trabalho, venda e subsistência.

Com o período do ciclo da borracha (1850-1920) e a prática da atividade extrativista, a acumulação do capital gerado servia para investimentos à modernização e embelezamento da cidade, constituindo uma “cidade formal” para abrigar a classe mais nobre da população (DIAS, C., DIAS, S., 2011). Foram introduzidas diversas melhorias, como: iluminação pública, telefone, mobiliários urbanos, bonde, alargamento de ruas para transformação em avenidas. O caráter higienista dessa época dividiu a cidade, deixando às margens de rios e várzeas uma “cidade tradicional”, ou seja, a que estava submetida às condições primárias ribeirinhas com fortes atividades comerciais e dependência da comunicação fluvial. Nesse contexto, a malha urbana da cidade começa a mudar. A prática de modernização aliado com o atual cenário do Brasil, onde a malha rodoviária tinha muito apelo, provocou a indução de crescimento para o centro da cidade, concentrando investimentos e mudanças para as áreas mais urbanizadas. (DIAS, C., DIAS, S. 2011). (mapa 2)

Esse crescimento estimulou a prática de aterros em rios internos, pois as áreas de baixada eram obstáculos à urbanização, e limitaram a implantação do plano de alinhamento que orientou a ocupação da Primeira Léngua Patrimonial da cidade às áreas altas (CARDOSO, *et al.*, 2016). Dessa forma, Belém começa a negar os seus rios e a população que vive à margem dele, dando as costas para a sua orla no que se refere a políticas públicas de investimentos à saúde, educação, saneamento básico, incentivos à cultura, esporte e lazer. A cidade continuava a crescer, contudo não houve uma regulamentação urbanística por parte da administração pública para o controle da ocupação dessas áreas. (CARDOSO, *et al.*, 2016).

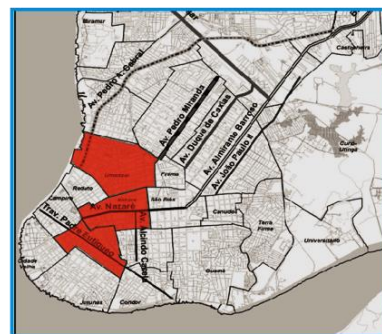
Na década de 1990 iniciou-se na cidade de Belém um movimento pela abertura de acessos visuais para o Rio Guamá e para a Baía do Guajará como forma de resgatar uma condição primeira da cidade ribeirinha. O plano diretor de 1993 dizia que a orla da cidade deveria ser contemplada com projetos de desenvolvimento voltados para o aproveitamento turístico denominado “janelas” para o Rio Guamá e para a Baía do Guajará. Essa valorização do espaço poderia utilizar vários instrumentos urbanos (zoneamentos especiais; imposto territorial urbano, etc.). Nesse contexto, foram iniciadas tentativas para aberturas de ruas ou mesmo para a desocupação de propriedades que estivessem impossibilitando visualização para o rio (mapa 2).



**1º MOMENTO: FUNDAÇÃO DE BELÉM E
FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS BAIROS
(1616-1800)**



**2º MOMENTO: PRIMEIRA LÉGUA
PATRIMONIAL
(1850-1920)**



**3º MOMENTO: VERTICALIZAÇÃO DOS BAIROS
UMARIZAL, NAZARÉ E BATISTA CAMPOS
(1990-2000)**

Mapa 2 - Linha do tempo esquemática dos mapas do município de Belém. Fonte: Google Imagens.
Elaboração: Autora, 2018.

Essas iniciativas ocorreram nas esferas estadual e municipal, com a reutilização de espaços existentes para novos usos como no caso do Porto de Belém e em manutenção de usos já consolidados como no caso do Ver-o-Peso. A partir daí que a cidade começa a valorizar a sua orla, retomando a visibilidade aos rios, provocando uma mudança ao uso do solo e ocupação em áreas de baixadas. O rio passa a ter valor para o mercado, atraindo capitais e investimentos, não é a toa que nessa época, o bairro do Umarizal torna-se o bairro mais valorizado e verticalizado da cidade, com o constante apelo imobiliário a expressões, como: “vista para a Baía”, “de frente para o rio” (fig.1).

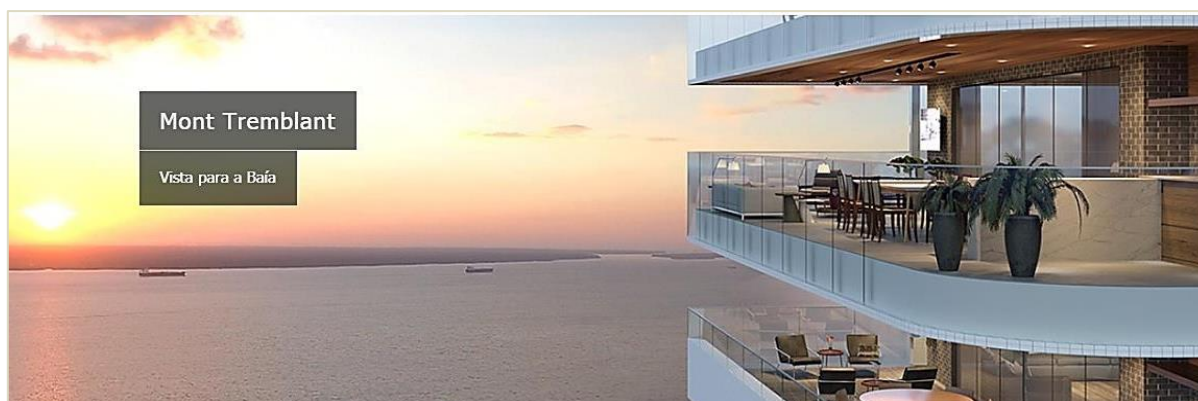


Figura 1 - Anúncio imobiliário no bairro do Umarizal. Fonte:
<https://www.quantaengenharia.com.br/monttremblant>

Atualmente, a cidade anuncia novas obras, como: Porto-Futuro, requalificação do Ver-o-Peso, obra da estrada-nova (fig.2). A especulação imobiliária é tão esperada nas áreas adjacentes a Baía do Guajará e o Rio Guamá, que estão sendo estudados projetos que visam às mudanças de parâmetros urbanísticos já existentes atualmente, com o objetivo da verticalização do bairro do Reduto.



OBRA PORTO FUTURO



OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO VER-O-PESO



OBRA DE MACRODRENAGEM DA ESTRADA-NOVA

Figura 2 – Obras públicas em andamento na cidade. Fonte: Google Imagens. Elaboração: Autora, 2018.

A contextualização do processo de expansão da cidade de Belém torna-se necessária para entender como a população e as políticas públicas passaram reconsiderar a importância dos rios e das ilhas que compõe o município. Molda-se uma nova forma de pensar o município de Belém, capital do Estado do Pará, redescobrimo-se possibilidades de uma vida urbana mesclada com fortes tonalidades de rural. (GUERRA, G. 2004, p.157).

4.2 – Processo de transformação da região insular

Ocupadas desde tempos imemoriais por populações indígenas e mais recentemente por populações tradicionais, as ilhas de Belém receberam durante muitos governos o tratamento de periferias que se prestavam ao isolamento de categorias consideradas perigosas, possíveis portadores de doenças infecciosas ou de comportamento marginal. (GUERRA, G. 2004, p.157)

Desde as primeiras formas de exploração e colonização das terras do Pará, as ilhas, mais especificamente as próximas da cidade de Belém, assumiram importantes campos estratégicos voltados para a segurança da cidade e a exploração das terras, ora como rota de fuga de índios e negros ora como fonte de recursos naturais para a extração e subsistência. Entender a forma como o modo de vida da população insular se diferenciava do modo de viver na metrópole, principalmente nos aspectos econômicos, ajuda a compreender o complexo de relações que se enraizaram no decorrer desses séculos.

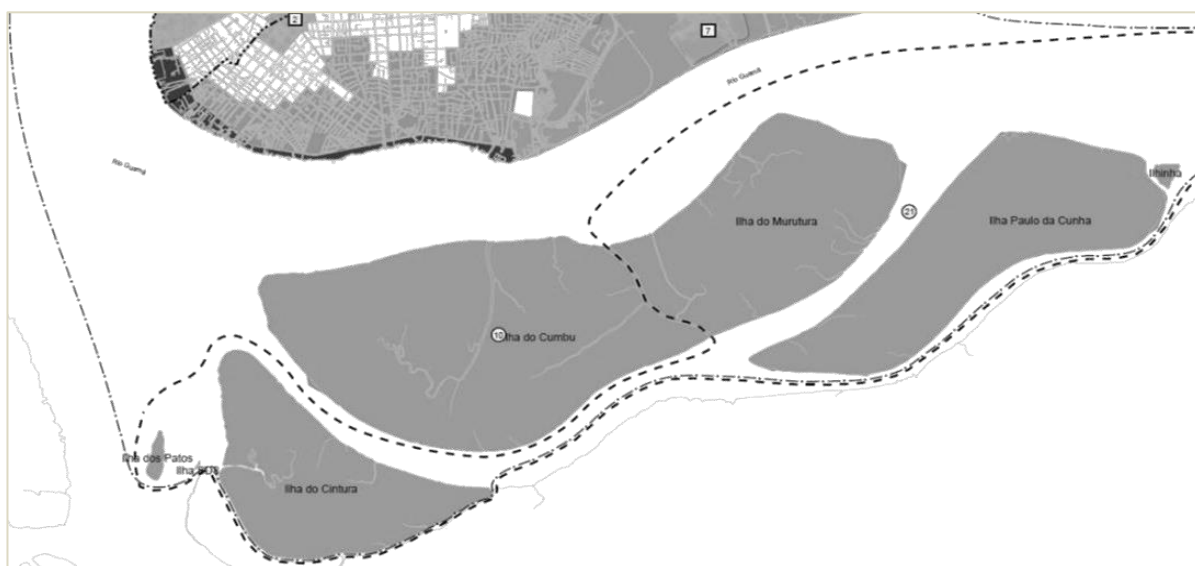
A constante presença da natureza e os modos de vida primitivos geraram uma contradição com a realidade existente na metrópole em contrapartida ao estilo primitivo das ilhas, onde o constante cenário de mata e rios era representado como abandonados e fora da civilização. O contexto da cidade de Belém como metrópole da colonização portuguesa, admite como função a prática mercantilista. Essa atividade comercial que visava o lucro era divergente a lógica primitiva insular voltada a caça, coleta extrativista e subsistência. Esses padrões não eram inseridos na realidade do mercado dessa época, portanto, eram vistos como “espaços vazios” e “locais de gente inculta”. (DERGAN, 2006).

Durante o período da belle époque, houve um *boom* de crescimento demográfico principalmente de imigrantes nordestinos que viviam em uma realidade de seca que atingia os sertões do país, encontraram então, em terras paraenses oportunidades de melhorias de vida na extração do látex ou em ofertas de terras.

Entender como a relação de metrópole urbanizada mesclava com os espaços da natureza reflete no olhar contemporâneo que moldam a forma com que representamos as pessoas, cidades e a maneira de perceber e vivenciar a vida, negando ou afirmando aspectos da natureza. (DERGAN, 2006). Para Batista (2010, p. 14) como sujeito histórico, “o ribeirinho vivencia a experiência concreta com a qual define sua identidade e particulariza as atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, diretamente voltadas à produção da sobrevivência”.

4.3 – Ilha do Combu

A Ilha do Combu apresenta costumes, particularidades, hábitos, valores e contrastes que a tornam um instigante objeto de pesquisa para compreender a dinâmica do espaço que a comunidade está inserida. Situada a 1,5km de Belém-PA (ver mapa 3) possui intenso contato com ilhas próximas; essa comunicação é uma herança histórica, pois no início do século XX as relações eram acentuadas ao município de Acará, cujo modo de vida e os costumes eram semelhantes ao da população do Combu. Contudo em 1938, é publicado no Decreto-Lei nacional n. 3.131 que foi referendada através da Lei nº 158, de 31 de dezembro de 1948 que define as ilhas situadas na Foz do Guamá, pertencentes ao município de Belém.



Mapa 3 - Mapa de localização da Ilha do Combu. Fonte: Raimundo Alberto de Athayde Matta, 2006.

Ao estudar a Ilha, nos deparamos um modo de vida ribeirinho mesclado com uma crescente influencia da zona urbana que nos últimos anos, vem mudando as tradições das

famílias. O rio, para os moradores da Ilha do Combu, ainda atua como a extensão da própria casa; é o quintal, calçada e rua. É através dele que são realizadas atividades caseiras como: banhos, lavagens de roupas; atividades de comércio como a venda de mercadorias para navegações que transitam pelo local; e como uma via de acesso às casas, posto de saúde e escola. Por isso, o rio torna-se um condicionante para entender a forma de ocupação da ilha que se estende pela margem da Baía e dos furos existentes (fig. 3):

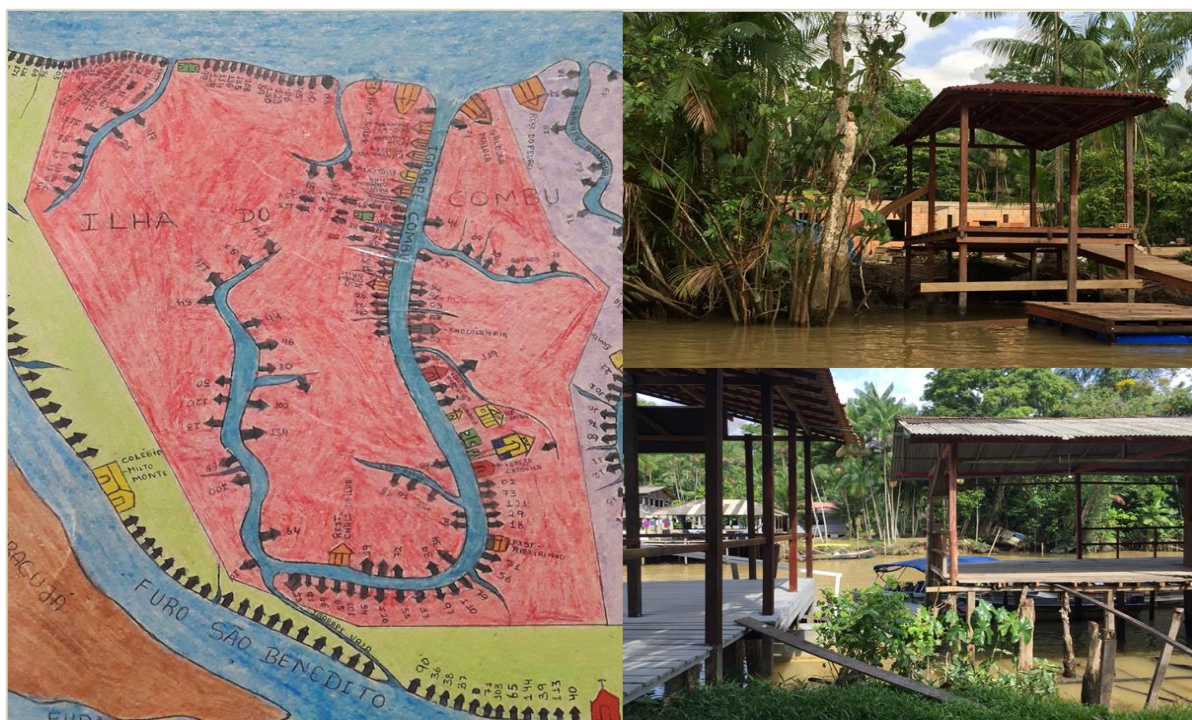


Figura 3 - Foto de um mapa esquemático desenhado por moradores da região, ilustrando as casas e instituições que existem na Ilha. Ao lado, fotos das construções em trapiche. Fonte: Autora, 2018.

A dualidade da população ribeirinha do Combu se sustenta nas múltiplas vivências que ocorrem no local, a chegada de energia elétrica, antena de tv que permitem sinal de celulares, algumas – poucas – casas e instituições que possuem fossa, caixa d'água e construções em alvenaria, fugindo do padrão de trapiche predominante e característico do local. Um dos principais fatores para a “modernização” dessa comunidade foi o turismo que recebeu incentivo a partir do final do século XX, porém recebeu um forte apelo nos últimos anos em que a Ilha passou a ser um destino de entretenimento principalmente dos moradores da região continental, atraídos pela instalação de restaurantes com opções de banhos, contemplação e apreciação da gastronomia local. Sustentando uma expressão bucólica em latim *“fugere urbem”* que traduz a “fuga da cidade” representando notoriamente a dinâmica atual da Ilha. Essa movimentação mudou o cotidiano do local, como relata um morador (fig.4):

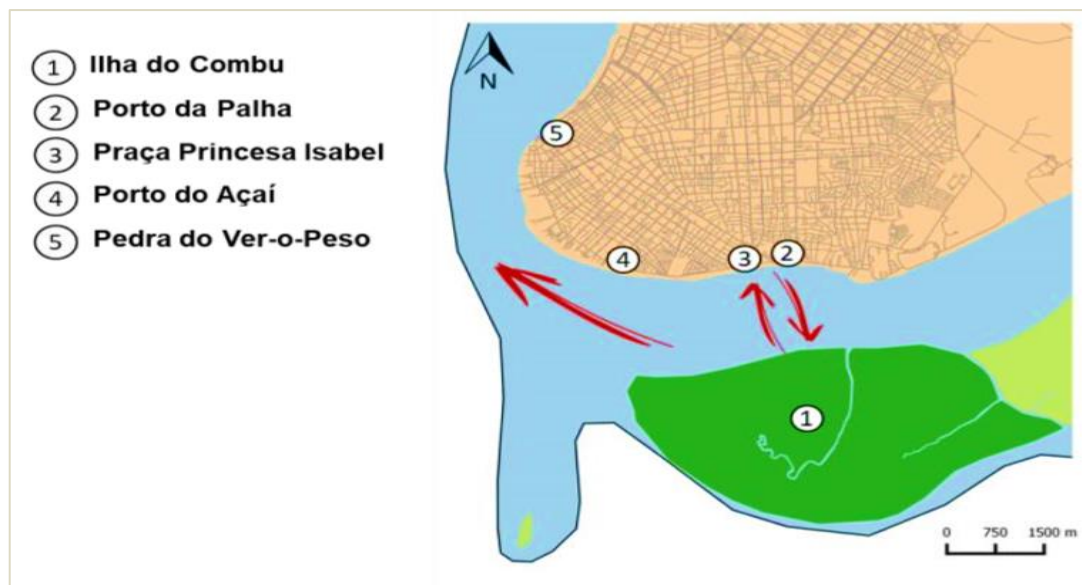


“Agora abriu... tem muito aqui restaurante... a maioria agora é só restaurante, são poucos que trabalham... que querem saber do mato agora”.

(Edgar Gouveia Nascimento, morador)

Figura 4 – Entrevista realizada com um morador da Ilha do Combu sobre o modo de vida e as transformações que a Ilha sofreu nos últimos anos. Fonte: Autora, 2018.

O “mato” a que o morador se refere, é ao tipo de economia predominante da Ilha, baseada em atividades de subsistência e comercialização de produtos obtidos, como: açaí, cacau, cupuaçu entre outras frutas. (DERGAN, 2006). O transporte dessas mercadorias é feito através de barcos ou voadeiras, que são as embarcações mais comuns encontradas, rumo a outras ilhas próximas e a Belém, como cita Dergan (2006, p. 110) “a ilha abastece Belém, tal como, concomitantemente, é abastecida por esta” (ver mapa 4).



Mapa 4 - Mapa do fluxo de mercadorias entre a Ilha do Combu e a porção continental de Belém. Fonte: Letícia Ribeiro Vicente; Ana Cláudia Duarte Cardoso, 2018.

O constante fluxo não afetou apenas as atividades econômicas, como também estreitou as relações sociais entre os polos urbano-insular, trazendo à tona reflexões sobre o papel do ribeirinho na sociedade visto que, como sujeito histórico, os ribeirinhos cultivam um pensar diferenciados do modelo acumulador de capital, mas tampouco podem ser considerados aquém de direitos e deveres estabelecidos a sociedade.

Dentro do modelo vigente, o mundo está em tempo de grandes mudanças sociais e econômicas, portanto torna-se imprescindível que as questões centrais da educação sejam discutidas como parte desse debate. No tópico a seguir, direciona-se uma abordagem acerca

de uma herança da educação que carregamos até hoje, através de um breve resumo sobre sua história aliada com uma abordagem sobre filósofos da educação que defendiam um espaço escolar de qualidade.

5. DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO

5.1 – Parâmetros de educação no Brasil

“A educação básica tem sido alvo de críticas constantes por parte de diversos setores da sociedade” (LIMA, 2014, p.12). Os últimos resultados divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹ revelam que embora o Brasil tenha superado a meta prevista nos anos iniciais em 2017, ainda precisamos avançar na elaboração de diretrizes e políticas públicas em prol de uma educação de qualidade (ver gráfico 1).

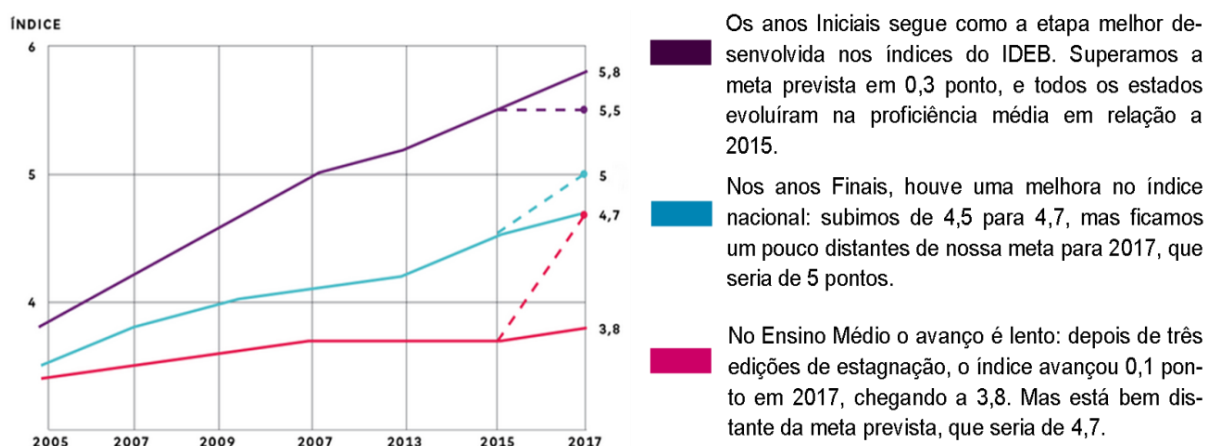


Gráfico 1 - Dados do IDEB das escolas municipais brasileiras em 2017. Fonte: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais – INEP, 2018. Elaboração: Autora, 2018.

A realidade dos índices apontados acima referentes às escolas municipais do Brasil, não diferem dos resultados obtidos pelo município de Belém; fazendo um parâmetro observamos que em 2015 a nota do IDEB para os anos iniciais (1º ao 5º ano) foi de 4.6, e nos anos finais (6º ao 9º ano) de 4.0. Em 2017, nos anos iniciais foi de 5.1, atingindo a meta prevista para 2019, e dos anos finais foi de 4.3. Outro índice relevante é o de infraestrutura escolar, que de acordo com o Censo Escolar (2015) apenas 4.5% das unidades de Educação Básica no Brasil oferecem energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgoto e instalações de suporte pedagógico como: quadras, laboratórios, biblioteca e acesso à internet.

¹ O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)** para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Fonte: <http://inep.gov.br/ideb>.

Esses baixos índices nos critérios apresentados, representam uma dificuldade em concretizar o anseio da população por uma educação de qualidade, aliado a falta de planejamento das escolas percebida na precariedade de infraestrutura necessária para se repassar um bom aprendizado, reafirmando o valor social da educação.

Fazendo um recorte na trajetória da educação, temos alguns filósofos e educadores que se tornaram primordial para a abordagem da educação no Brasil e no mundo. Percebemos que a educação está constantemente sofrendo adequações às realidades vigentes, tornando-a como um instrumento de transformação social a partir das contribuições da filosofia para a reflexão sobre a sociedade em que se está inserida. Dessa forma, muitas transformações na sociedade e nas práticas docentes já foram obtidas, pois, segundo Severino, (1990, p.5):

Acredita-se que a Filosofia leva ao trabalho de pensar, refletir, raciocinar e, assim, despertar o senso crítico e, conseqüentemente, auxiliar a construir uma nova visão de sociedade, onde, pressupõe-se que a educação é a principal responsável pelas transformações da mesma.

Foi no início do século XX, que a educação pública passou a fazer parte da Agenda Nacional, com o nascimento da República que trouxe consigo a ideia da construção de um sistema nacional para impulsionar o desenvolvimento do país. Movimentos como foi o caso dos Manifesto dos Pioneiros, em 1932, de transformação da educação em uma prioridade nacional, envolveu grandes intelectuais, os quais defendiam como proposta um “Plano Geral de Educação” em busca de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O objetivo era criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país que estivessem articuladas e associadas com as reformas políticas, econômicas e educacionais para tornar a educação mais acessível para todos como um instrumento de reconstrução da democracia.

5.2. – Qualidade no espaço escolar

Torna-se essencial interpretar o espaço como uma extensão do ser humano, de forma a estabelecer uma influência entre a ambiência e o edifício escolar predispondo a promoção de atividades ensino-pedagógicas. O arquiteto como agente responsável pela transformação do espaço, também contribui para um progresso na educação, pois para Rasmussen (1998, *apud* KOWALTOWSKI *et al.* 2001, p.14) “a arquitetura deve ser facilmente compreensível para as pessoas, por estar relacionada à vida cotidiana do homem. O arquiteto deve buscar formas e elementos que estimulem a relação homem/ambiente”.

Tal relação pode ser corroborada pelo pensamento de Paulo Freire em que expressa que “a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço

privilegiado para pensar” (SCHRAM, S.; CARVALHO, M., 2014, p.3). Dentro desse contexto, pressupõe que o ambiente escolar deve estar adequado às condições que o ser humano se sente confortável, visto que, o conforto ambiental trata-se de um objeto da arquitetura. Porém é relevante ressaltar que a percepção humana dos espaços é subjetiva e depende de fatores que são variáveis de acordo com a individualidade das pessoas, mas que são pontos extremamente significantes para se projetar um edifício confortável. Pode-se definir como conforto:

Conforto é a condição de bem-estar relativa às necessidades do indivíduo e sua inserção no ambiente imediato. Envolve não somente a eleição de critérios térmico, acústico, visual ou ainda químico, mas também o acréscimo de emoção e prazer, atribuindo-lhe um caráter holístico, já que o ambiente construído é um anteparo existencial, sendo abrigo para o corpo e para a alma. (BESTETTI, M., 2014, p. 602)

O estudo sobre a qualidade do espaço, para OZORIO (2002), tem que estar presente no setor da educação, da seguinte forma: biblioteca nas escolas, laboratório de informática, videoteca, menor quantidade de alunos em sala, mobiliário escolar em boa condição e em número suficiente para os alunos e professores. Além disso, é importante ressaltar a necessidades de adaptação para alunos com mobilidade reduzida, como consta na NBR 9050-2004. Entende-se por mobilidade reduzida uma pessoa que tem sua capacidade de relacionar-se e utilizar-se com o meio de forma limitada, temporária ou permanentemente.

Comenius, considerado um dos maiores pedagogos dos tempos modernos, reforça a ideia quando relaciona a necessidade de um ambiente escolar arejado, bonito, com espaço livre e ecológico para uma qualidade educacional. Refletir sobre um espaço físico atraente e convidativo é um desafio, porém ao estruturar adequadamente o ambiente, a reflexão transforma-se na ação de melhorar o bem-estar de todos que concorrem na área educacional.

É importante refletir sobre espaços que gerem eficiência, produtividade e funcionalidade aos usuários, com equilíbrio aos elementos construtivos que serão utilizados e os componentes dos mesmos, como o entorno a ser construído. A dinâmica do mundo atual flui em um ritmo acelerado, portanto é importante prever espaços flexíveis, que possam ser modificados e adaptados além de harmonizar com o planejamento pedagógico que poderão ser adotados.

Discutir sobre infraestrutura física escolar assegura que condições para o aprendizado sejam pautas recorrentes nas agendas de planejamento de gestores municipais, pois é sabido que:

Grande parte das escolas que compõe as Redes de Ensino do país foi construída há muito tempo e, no momento de sua construção, não contemplava espaços que hoje são

considerados essenciais ao desenvolvimento das atividades propostas aos alunos. (LIMA, 2014, p. 117).

O tópico a seguir contextua exatamente o momento em que as Escolas Municipais foram construídas e a conjuntura vigente nesse período.

6. ARQUITETURA MODERNA E CONTEMPORÂNEA X REGIONALISMO CRÍTICO

O movimento moderno no Brasil surge no início do processo de industrialização (1930-1960) e traz uma ruptura nos antigos padrões de construções que vinham sendo seguidos. O uso de materiais como: ferro, aço e concreto passaram a serem difundidos pelo Brasil em escolas, igrejas, casas, instituições públicas e outras obras urbanas. Esse estilo arquitetônico destacava-se com cinco pontos: fachada livre, janelas em fita, pilotis, terraço jardim, planta livre. Contudo, o modernismo dirige-se a universalidade e unanimidade, tendo formas rígidas e monótonas de representação independente do local onde se está inserido.

A arquitetura moderna se consolidou como proposta construtiva para as escolas municipais (fig.5), as principais vantagens eram os custos baixos de construção e a simplicidade, que permitiam construções que atendessem um maior número de alunos e que se adaptassem a qualquer tipo de terreno. Nessa época, a massificação do ensino para atender a demanda de vagas era a prioridade, a rapidez com que as unidades de ensino foram construídas e dispersadas pelo Brasil, atendia a necessidade daquela época.



E.M. DOUTOR CÍCERO PENNA
(RIO DE JANEIRO—RJ)



E.M. CECÍLIA MEIRELES
(LUCAS DO RIO VERDE— MT)



E.M. BENVINDA DE FRANÇA MESSIAS
(BELÉM—PA)

Figura 5 - Escolas municipais modernistas pelo Brasil. Fonte: Google Imagens e Google Earth. Elaboração: Autora, 2018.

Tendo em vista esse princípio rigoroso de construção, alguns arquitetos realizaram críticas ao modernismo. Em 1990, questões como funcionalidade e conforto térmico passaram a ter prioridade e serem fatores decisivos para a construção. Essa transição de pensamento e forma de representação tornou a Arquitetura Contemporânea um modelo que envolve técnicas e tendências livres e únicas com várias ramificações. Uma das

ramificações e a mais importante para esse artigo é o Regionalismo Crítico, mais precisamente na Amazônia (fig.6). Este afirma a construção de identidades nacionais em contraposição às posturas universalizantes. (SARQUIS, G., 2011).

Essas identidades nacionais podem ser definidas como a adequação climática e regional da edificação no local onde será inserido. Ou seja, o entorno passa a ser um contexto da maneira como irá se projetar, os materiais que serão utilizados, as variações climáticas que as edificações estarão suscetíveis. A experiência projetual deve ser percebida de maneira fragmentada. Para Sarquis (2011, p.11) o regionalismo crítico pode ser definido como:

Uma modernidade que fosse ‘apropriada’, sem ser compreendida como linguagem estilística, mas como uma atitude quanto ao fazer arquitetônico, que parte da interpretação dos problemas e condicionantes de uma realidade específica num momento determinado, e a partir desta leitura, propõe a forma arquitetônica.

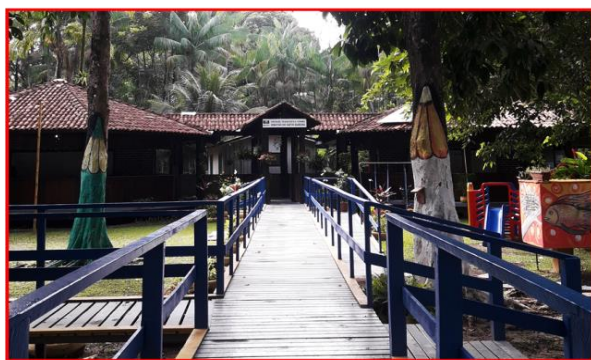


Figura 6 - Obras arquitetônicas em cada período. Fonte: Google Imagens. Elaboração: Autora, 2018.

Essa abordagem regional destacou vários arquitetos como Milton Montes, Severiano Porto, José Raiol, Aurélio Meira que se utilizaram da arquitetura vernacular para criar identidades regionais e construtivas na Amazônia.

6.1 – Escola municipal moderna x Escola municipal regionalista

Fazendo um parâmetro entre a realidade de Belém em dois recortes diferentes: Belém-Continental, Belém-Insular, esse tópico visa comparar a tipologia adotada nas duas escolas e fazer uma breve observação sobre como o aproveitamento do espaço pode propiciar uma prática pedagógica eficaz. Na Belém-Continental, a escola de referência é a Escola Benvinda de França Messias, localizado no bairro de São Brás. Já na Belém-Insular a Escola Sebastião dos Santos Quaresma, localizada na Ilha do Combu (fig.7). Ambas são de responsabilidade municipal e atendem Ensino Fundamental.



**UNIDADE PEDAGÓGICA SEBASTIÃO DOS SANTOS QUARESMA
(ILHA DO COMBU—PA)**



**E.M.BENVINDA DE FRANÇA MESSIAS
(BELÉM—PA)**

Figura 7 - Escolas analisadas para comparação de tipologias. Fonte: Google Imagens e Google Earth.
Elaboração: Autora, 2018.

A tipologia adotada na Escola Benvenida de França Messias, claramente nos remete aos padrões modernistas, sendo os conceitos e elementos utilizados, como: cobogó na fachada, pilotis nos térreos, rampas de acessos, brises, pouca ornamentação e linhas bem definidas. Além do uso de concreto como material construtivo. A Escola Sebastião dos Santos Quaresma já adota uma tipologia regionalista, com formas geométricas que fogem do padrão comum, com o uso predominantemente da madeira que se adequa ao seu entorno e o afastamento do solo que forma um anteparo contra a umidade. É perceptível o uso de cores e trabalhos sustentáveis, como: reutilização de pneus como vasos, trabalhos de grafites e pinturas nas estruturas de alvenaria, compondo a fachada da escola.

Fazendo uma breve observação entre as duas tipologias, podemos afirmar que, na realidade continental do município de Belém, percebemos um padrão rígido, sem fluidez que ao primeiro olhar, pode remeter a um ensino sólido e práticas pedagógicas inflexíveis, contrapondo o pensamento de Comenius, sobre o espaço escolar ser atrativo e convidativo. Já na escola da área insular do município, as áreas livres permitem um melhor aproveitamento das práticas pedagógicas que se aliam à realidade da escola e dos seus alunos, por exemplo, a incorporação da horta escolar como disciplina na grade curricular.

Outro fator importante a ser observado é a atuação dos alunos no zelo pela escola. O estudo de Doris C.C. Kowaltowski de 1980 demonstra que:

Ambientes providos de elementos da humanização (escala pequena, paisagismo, elementos decorativos e características da arquitetura residencial) têm um nível de satisfação mais alto e propiciam um ambiente psicológico mais favorável ao comportamento social adequado. (KOWALTOWSKI, D., 2011, p.44)

Dessa forma, em comparação às duas tipologias, percebemos que na escola localizada na Ilha do Combu, há uma participação mais ativa dos alunos promovendo o

sentimento de pertencimento ao local podendo ser um fator que ajuda a reduzir os índices de vandalismo nas escolas.

7. CONCLUSÃO

O reconhecimento das diversas tipologias arquitetônicas existentes durante o decorrer dos anos reforça as condições e práticas históricas que foram influenciadas no período vigente de cada uma. As concepções de arquitetura escolar vistas no período modernista tornava-se o modelo ideal para as necessidades daquela época, porém esse modelo foi incorporado e reproduzido no Brasil como um padrão único, submetida às burocracias e exigências necessárias que são as mesmas em qualquer lugar do país, mesmo sabendo que o Brasil abriga uma pluralidade de culturas, realidades e peculiaridades.

O ambiente físico escolar reflete e expressa aspectos que vão além da materialidade, as questões educacionais, culturais e principalmente de conforto, devem ser relevantes ao se projetar um edifício escolar. Por esse motivo, deve-se procurar fugir de fórmulas-prontas, que não atraem os alunos e não possibilitam espaços lúdicos para a promoção das práticas pedagógicas que os maiores filósofos da educação defendem.

Nesse aspecto, escolas mais humanizadas e planejadas ao ambiente em que estão inseridas, refletem um bom exemplo a serem seguidos e futuramente replicados no Brasil, pois respeitam as particularidades de cada contexto a serem enquadrados, tornando-se assim um ambiente mais agradável e harmônico, promovendo a sensação de bem-estar no edifício.

Dessa forma, pode-se afirmar que a educação como um direito assegurado por lei está sendo exercida, porém a qualidade que esse serviço está sendo efetivado torna-se variável de acordo como a escola se materializa e atende as expectativas da comunidade escolar que inclui alunos, pais, corpo docente, pois é dessa relação entre espaço físico e comunidade que podemos promover um bom desempenho escolar.

No cenário do município de Belém, podemos perceber que as duas realidades apresentadas levantam demandas distintas, pautando o debate de como os diferentes modos de vida, práticas e costumes precisam ser enxergados e valorizados no momento de projetar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais, igualdade e diferenças**. RBP AE, v.27, n.1, p. 83-94, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19969>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050**; Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BATISTA, Sonia Socorro Miranda. **O modo de viver como um instrumento de resistência do saber popular dos moradores da Ilha do Combu, Belém-Pará**. 2010. 123 f. Mestrado em Serviço Social (Serviço Social)- Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4354>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BATISTA, S.M.; GOMES, F.F. A dualidade do viver ribeirinho: história, cotidiano e tempo na Ilha do Combu. In: **JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS**. 7. 2015. São Luís: Cidade Universitária da UFMA. 2015.

BATISTA, S. S. M. Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combú/ Pará. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. 5. Universidade Federal do Ceará. 2011.

BENEMANN, Camila. **Repensando a arquitetura escolar: E.E.E.F Camila Alves Furtado**. 2017. 26p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2017.

BESTETTI, T. Maria Luisa. **Ambiência: espaço físico e comportamento**. 2014. 10 f. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Curso de Gerontologia)- Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n3/1809-9823-rbgg-17-03-00601.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BIBAS, Luna Barros. **Espaço (in)formal na Amazônia ribeirinha – Inadequações e tensões entre visões de mundo: uma reflexão sobre o espaço tradicional em contexto periférico**. Belém, 2017. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, 2017.

BIBAS, L.; CARDOSO, A.C; Apropriação do espaço e práticas endógenas como estratégia para a criação de um sistema urbano articulado: o caso da Ilha do Combu. In: **COLÓQUIO QUAPA-SEL**. 11. 2016. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2016.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NETO, Raul da Silva Ventura. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo: v.15, n.29, pp. 55-75, jan/jun2013.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte et al. Forma urbana de Belém e seus desdobramentos para a formação de um sistema de espaços livres acessível à população. **Paisagem Urbana**, São Paulo, p. 11-34, jul. 2016.

CARPINTEIRO, Antônio Carlos; ALMEIDA, Jaime Gonçalves. **Teorias do Espaço Educativo**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/10_espaco.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

DERGAN, Joao Barbosa. **História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combu - Belém-PA**. 2006. 174 f. Mestrado em História Social da Amazônia (História)- Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2006. Disponível em: <http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2006_Joao_Marcelo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DIAS, C. S., DIAS, S. I. S. Belém do Pará: História, Urbanismo e Identidade. **Planejamento Urbano e Regional: ensaios acadêmicos do CAUFAG**. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Cadernos de Formação, 5).

GUERRA, G. A expansão do território de Belém para as ilhas. **Ilhas estuarinas e ocupação humana**. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002. Panorama geral do município de Belém. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>>. Acesso em: 08 out. 2018.

IDEB – INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: <<http://inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 06 set. 2018.

JÚNIOR, Antônio Carlos Ribeiro; AZEVEDO, Adriene Amin. Formação da cidade de Belém (PA): Área central e seu papel histórico e geográfico. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 151-168, jul. 2012.

KOWALTOWSKI, DORIS, C.C.K. ARQUITETURA ESCOLAR: **O projeto do ambiente de ensino**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 273 p. v. 1.

LEÃO, M.B.M.S. **Macro drenagem e urbanização na bacia da Estrada Nova: conflitos entre app urbana e reassentamento em baixadas de Belém/PA**. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO. 3. 2014. Belém: Universidade Federal do Pará. 2014.

LIMA, JOÃO FERNANDES DE. **Educação Municipal de Qualidade: princípios de gestão estratégica para secretários e equipes**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2014. 173p.

MARQUES, I.R. Construção e ocupação do espaço turístico em Mosqueiro. **Ilhas estuarinas e ocupação humana**. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

MATTA, Raimundo Alberto de Athayde. **Espacialidade e sustentabilidade na ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local**. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2006.

MELO, G. Larissa. **Arquitetura escolar e suas relações com a aprendizagem**. 2012. 34p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade Do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

MENESES, Heloíse. **Estudantes ribeirinhos disputam VIII Jogos das Ilhas no Combu**. 2017. Disponível em: <<http://redepara.com.br/Noticia/159099/estudantes-ribeirinhos-disputam-viii-jogos-das-ilhas-no-combu>>. Acesso em: 08 out. 2018.

MONÇÃO, M. A. G. Comenius e os desafios da educação contemporânea: em foco, a gestão escolar democrática. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 15., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0337.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MOURA, S.R. Graziella; BELTRAME, B. Mauria. **Edificações escolares: infraestrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar.** Revista Unioeste. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Paraná, v.10. 15p. 2009.

ORNSTEIN, S., BRUNA, G., ROMÉRO, M. **Ambiente construído & comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental.** São Paulo: Nobel: FAUUSP, 1995.

OZORIO, A. Verônica. **Qualidade na área educacional.** 2002. 49p. Monografia (Especialização em Psicopedagogia). Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, Karla. **Unidade Pedagógica do município é escolhida para receber visita do ministro do TSE.** Disponível em: <<http://agenciabelem.com.br/Noticia/171897/unidade-pedagogica-do-municipio-e-escolhida-para-receber-visita-do-ministro-do-tse>>. Acesso em: 08 out. 2018.

PINHEIRO, Vanessa. **Alunos dos distritos e ilhas contam com transporte escolar de segurança.** 2018. Disponível em: <<http://agenciabelem.com.br/Noticia/174906/alunos-dos-distritos-e-ilhas-contam-com-transporte-escolar-de-seguranca>>. Acesso em: 08 out. 2018.

SARQUIS, B. Giovanni. **Diálogos contemporâneos na arquitetura belenense (1979-2007).** 2012. 350p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012.

SCHARAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antônio Batista. **O pensar educação em Paulo Freire – Para uma pedagogia de mudanças.** Cascavel – PR. 2014.

SEVERINO, A. J. A contribuição da filosofia para a educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 45, jan. mar. 1990.

Silva, L. G. M. da S. & Ferreira, T. J. **O papel da escola e suas demandas sociais.** *Projeção e Docência*, vol. 5, nº 2, p. 6 – 23 2014.

SOUZA, S. Fabiana. **A qualidade do espaço construído da creche e suas influências no comportamento e desenvolvimento da autonomia em crianças entre 2-6 anos.** 2003. 170p. Tese (Dissertação de mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/204>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VICENTE, L.R.; CARDOSO, A.C.D. Rastreando manifestações do urbano natural na Belém insular. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/SEMINIC. 2018. Belém. Universidade Federal do Pará. 2018.